



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 4 de setembro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Rubem Lopes Lima, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Jhony dos Santos Silva, Raymara Carvalho Lima Cruz e Terezinha de Oliveira Santos. Verificado quórum regimental, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho procedeu à leitura dos versículos de 1 a 3 do capítulo 24 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 12ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que, em virtude da insuficiência de quórum, adiou a apreciação desse documento. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, procedeu à leitura do Requerimento nº 59/2025, à presidência da Câmara Municipal de Imperatriz, de autoria do vereador Aurélio Gomes, que solicitava a instalação da Tribuna Popular na sessão de 4 de setembro para tratar do Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo, com a participação das centrais sindicais CTB, Força Sindical, CSB, CULT, Intersindical, NCST, UGT, Central Pública e da Fetespusulma, representada por Eurami Moraes Reis, a fim de debater o fim da escala 6x1 e a taxação de bilionários para viabilizar a isenção do imposto de renda a quem recebe até 5 mil reais, sendo o resultado a ser encaminhado ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam representantes das Centrais Sindicais, Força Sindical, CSB, CUT, Intersindical, NCST, UGT, Central Pública e Fetespusulma sobre o Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo: Eurami Moraes Reis, “Edvaldo do Santa Rita”, Carlos Eduardo da Silva Palhares e Wilson Leite.] Ao se dirigir à Tribuna Vereador Freitas Filho, o líder comunitário “Edvaldo do Santa Rita”, trabalhador da construção civil desde 1979, brelatou sua experiência no setor e declarou que, em razão da idade, não preencheria mais os requisitos exigidos pelos empregadores. Em seguida, afirmou que a escala de trabalho seis por um já não se adequava à realidade atual, marcada por avanços tecnológicos, ressaltando que tal regime prejudicava de forma severa trabalhadores da construção civil, do comércio e do serviço doméstico. Reconheceu não ter uma proposta de modelo alternativo imediato, mas enfatizou que a escala vigente já não servia aos interesses da classe trabalhadora. Prosseguindo, explicou que, embora a





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

legislação prevísse jornada de oito horas diárias, na prática muitos empregadores burlavam a lei, impondo rotinas de dez a onze horas de trabalho, com tarefas e metas praticamente inatingíveis. Assinalou que esse excesso de horas inviabilizava o convívio familiar, o lazer e o acompanhamento da vida dos filhos, já que os trabalhadores retornavam exaustos às suas casas. Relatou que tal quadro motivara sindicatos e centrais sindicais a reivindicarem a mudança da legislação, observando que não se tratava de um simples pedido, mas de uma exigência em prol da dignidade humana e da preservação da saúde do trabalhador. Recordou ainda sua trajetória profissional iniciada em 1979, na barragem de Tucuruí, onde presenciara inúmeras mortes por exaustão decorrente de jornadas de dez a doze horas. Lembrou que, após a Constituição Federal, houvera redução da carga horária, mas que, na prática, as condições continuaram as mesmas. Defendeu que, passados mais de 35 anos, a mudança já deveria ter ocorrido, razão pela qual conclamou os vereadores a apoiarem e divulgarem o pleito dos trabalhadores. Ao ensejo, destacou que o excesso de trabalho mutilara muitos de seus colegas de profissão e frisou que sua própria trajetória de mais de quatro décadas na construção civil, em que não sofrera acidente grave, poderia ser considerada uma exceção. Referiu-se ainda ao episódio da queda da ponte sobre o Rio Tocantins, em Estreito, construída no final da década de 1960 em dois anos, comparando-o com prazos atuais de apenas dez meses, o que, em seu entendimento, evidenciava a sobrecarga imposta aos trabalhadores. Por fim, o líder comunitário “Edvaldo do Santa Rita” agradeceu a oportunidade de se manifestar, solicitando apoio da Casa Legislativa na divulgação da causa, na busca de alternativas que assegurassem maior tempo de convívio familiar e o fim da escala seis por um, considerada por ele uma exploração injusta da classe trabalhadora. Na sequência, fez uso da Tribuna Popular a presidente da Fetespusulma, Eurami Moraes Reis, que cumprimentou os vereadores, o presidente da Casa e o público presente na galeria, ressaltando a importância da participação popular naquele espaço democrático. Em sua exposição, declarou que os sindicatos filiados à CPB, à Fetespusulma, à Força Sindical, ao Sindicato dos Bancários, aos trabalhadores da construção civil, aos comerciários, entre outros, vinham desde o dia 1º de maio discutindo a questão da escala seis por um e a vida além do trabalho. Informou que a Federação mantinha em Imperatriz uma urna destinada à coleta de votos no plebiscito popular sobre o tema, a qual permanecia aberta também à participação da população em geral, visando debater a escala de trabalho seis por um, a isenção do imposto de renda para quem recebesse até cinco mil reais e a taxação dos super-ricos. Prosseguindo, explicou que a escala seis por um correspondia ao regime em que o trabalhador exercia atividades de segunda a sábado, com apenas um dia de descanso. Observou que esse modelo vinha sendo questionado não apenas no Brasil, mas também em países da Europa, citando como exemplos a Islândia, o Reino Unido e a Espanha, além de mencionar debates em andamento no Japão, na China, na Índia e nos Estados Unidos. Assinalou que, no Brasil, havia proposta em tramitação no Senado, ainda que, segundo suas palavras, o mais relevante fosse a superação definitiva desse modelo. Relatou que comerciários, industriários, trabalhadores da hotelaria, da administração e também da educação estavam entre os mais afetados, frisando que professores, especialmente do ensino fundamental, enfrentavam





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

dupla jornada, levando trabalho para casa mesmo após cumprirem as horas previstas. Nesta ocasião, acrescentou que a Consolidação das Leis do Trabalho, desde 1943, estabeleceria o limite de oito horas diárias e 44 semanais, e que a atual discussão envolvia a redução para 40 horas semanais, ou mesmo 36 horas. Destacou a Proposta de Emenda Constitucional nº 148/2025, que tramitava no Senado e buscava reduzir a jornada para 36 horas semanais, com defensores argumentando que tal medida aumentaria a produtividade, reduziria desigualdades e traria maior qualidade de vida aos trabalhadores. Em seguida, salientou que a quebra da escala seis por um significaria um avanço civilizatório, pois permitiria ao trabalhador usufruir de tempo de descanso e convívio familiar. Explicou que vinha sendo discutido o modelo “quatro por três”, em que o trabalhador teria três dias de descanso para cada quatro dias de atividade, garantindo mais equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Ao ensejo, a presidente da Fetespusulma agradeceu ao vereador Aurélio Gomes pela iniciativa de pautar o tema e aos vereadores presentes pela oportunidade de debater a questão, ressaltando que a discussão sobre a escala seis por um se inseria em um contexto mundial, no qual países capitalistas já buscavam modificações. Concluiu afirmando que a luta pela redução da jornada de trabalho não representaria redução salarial, mas sim melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores do campo e da cidade, reafirmando o compromisso das centrais sindicais em avançar nessa pauta. Em seguida, fez uso da Tribuna Popular o líder comunitário Carlos Eduardo da Silva Palhares, que declarou que a presença das entidades sindicais na Câmara decorria da mobilização nacional em torno de duas grandes pautas: o fim da escala de trabalho seis por um e a taxa das grandes fortunas, acompanhada da isenção do imposto de renda para trabalhadores com rendimento de até cinco mil reais. Explicou que também se defendia um modelo escalonado de tributação para quem recebesse até dez mil reais. Ressaltou que ambas as pautas contavam com grande aceitação popular, ainda que não fossem amplamente divulgadas pela grande mídia e tampouco enfrentassem oposição explícita das empresas e do patronato, justamente em razão do momento político e eleitoral vivenciado pelo país. Prosseguindo, observou que, apesar da relevância do tema, o Congresso Nacional não dava celeridade à tramitação das matérias. Afirmou que as centrais sindicais vinham aproveitando a conjuntura para intensificar o debate nas bases, em razão do impacto social das propostas. Nesta perspectiva, criticou declarações recentes de lideranças políticas ligadas ao Centrão, que defendiam a redução dos gastos sociais, com cortes em áreas como educação, aposentadorias e Benefício de Prestação Continuada. Nessa linha, contrapôs que a taxa das grandes fortunas representaria uma medida de justiça social, sobretudo considerando que o Brasil possuía uma das mais altas taxas de juros do mundo. Explicou que a taxa Selic, em torno de 15% ao ano, vinha consumindo cerca de 40% do Produto Interno Bruto com o pagamento da dívida pública, beneficiando apenas um pequeno grupo de famílias detentoras desses títulos, que viviam do rentismo e de aplicações em grandes empreendimentos internacionais. Assinalou que a aprovação da isenção do imposto de renda para os trabalhadores de menor renda e a taxa dos super-ricos estimularia o consumo interno, gerando maior circulação de recursos entre as classes trabalhadoras e promovendo a abertura de novos postos de





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

trabalho. Ao mesmo tempo, condenou a atuação de parlamentares que, ao rejeitarem tais propostas, estariam alinhados a interesses ilícitos, citando investigações da Polícia Federal que revelaram o envolvimento de lideranças políticas com o crime organizado. Por fim, o líder comunitário Carlos Eduardo da Silva Palhares agradeceu aos vereadores e à população presente pela oportunidade de fortalecer o debate, destacando que o abaixo-assinado em curso seria encaminhado em setembro ao Congresso Nacional, ao presidente da República e ao Supremo Tribunal Federal. Lembrou que o plebiscito popular constituía importante instrumento de mobilização social, citando como exemplo a repercussão da Lei da Ficha Limpa, e concluiu conclamando todos a se engajarem na coleta de assinaturas para que o pleito obtivesse ampla repercussão nacional e resultasse na aprovação do fim da escala seis por um e da taxaço das grandes fortunas. Na sequência, fez uso da Tribuna Popular o líder comunitário Wilson Leite, que optou por se dirigir diretamente à classe trabalhadora, ressaltando que eram os trabalhadores que, ao deixarem suas casas diariamente às sete horas da manhã, produziam a riqueza, o lucro e os impostos que sustentavam o país. Enfatizou que era essencial a tomada de consciência de que toda a produção advinha do esforço coletivo da classe trabalhadora, pois, sem isso, haveria a tendência de se defender os interesses dos próprios exploradores. Prosseguindo, destacou que o debate central a ser travado era de caráter ideológico, no qual os trabalhadores precisariam se engajar para avançar em suas lutas e alcançar melhores condições de vida. Observou que a Câmara Municipal representava, em grande parte, interesses empresariais e que, por essa razão, caberia ao movimento popular ocupar esse espaço com ideias contrárias, em defesa da classe trabalhadora. Nesta ocasião, afirmou que o comitê do plebiscito popular desempenhava papel importante ao levantar propostas de interesse dos trabalhadores, mas sublinhou que havia inúmeras outras reivindicações que somente poderiam ser alcançadas por meio de organização e mobilização. Ressaltou que conquistas não seriam concedidas espontaneamente pelo chamado “Estado burguês” ou pelos políticos ligados ao empresariado, sendo necessárias lutas contínuas e efetivas. A esse respeito, ponderou que a luta não deveria restringir-se apenas ao campo burocrático ou ao plebiscito, mas deveria expandir-se para as ruas, por meio da mobilização de massa e da participação popular. Refutou o argumento patronal de que a redução da jornada de trabalho ou o aumento dos salários levaria à falência das empresas, sustentando que os verdadeiros responsáveis pela quebra dos pequenos negócios eram as grandes corporações e os oligopólios, que dominavam o mercado e inviabilizavam a sobrevivência dos empreendimentos locais. Por fim, o líder comunitário Wilson Leite frisou que somente o trabalhador era capaz de produzir a riqueza, mas que, no modelo capitalista vigente, eram os patrões que apropriavam-se integralmente dessa produção. Concluiu afirmando que a superação desse cenário somente seria possível por meio de transformações estruturais, defendendo que apenas uma revolução socialista poderia assegurar mudanças efetivas em favor da classe trabalhadora. Na sequência, manifestou-se o vereador Aurélio Gomes da Silva, que parabenizou a Mesa Diretora e os vereadores pela recepção às entidades sindicais e pela oportunidade de realização de um debate considerado de grande relevância. Cumprimentou os participantes da Tribuna Popular, Eurami Reis,





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Edvaldo do Santa Rita, Carlos Eduardo Palhares e Wilson Leite, e avaliou que o tema em discussão, embora importante, ainda gerava receios e resistências em determinados setores da sociedade. Nesta ocasião, recordou que, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, muitos afirmavam que o Brasil pararia, pois os trabalhadores, até então submetidos ao trabalho escravo, deixariam de sustentar a produção. Observou que, à época, apenas alguns parlamentares eleitos pelo povo tiveram a coragem de defender a abolição. Em seguida, lembrou outros avanços conquistados pela classe trabalhadora, como a instituição das férias de quinze dias em 1925 e, posteriormente, a previsão constitucional de um terço adicional sobre as férias na Constituição Federal de 1988. Ressaltou que, embora os empregadores à época afirmassem que tais medidas seriam inviáveis, todas se consolidaram como direitos fundamentais dos trabalhadores. Prosseguindo, afirmou que a atual discussão sobre a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, e futuramente para 36 horas, inseria-se na mesma trajetória de conquistas históricas. Explicou que o objetivo era superar a escala seis por um, substituindo-a pelo regime cinco por dois, em que os trabalhadores atuariam até a sexta-feira e teriam direito ao descanso aos sábados e domingos, tal como já ocorria com servidores públicos e professores municipais. Ao ensejo, ressaltou ainda a importância da pauta relativa à isenção do imposto de renda para quem recebesse até cinco mil reais, destacando que a medida, em tramitação no Congresso, beneficiaria não apenas a classe trabalhadora de baixa renda, mas também parte da classe média, por meio da redução de alíquotas para quem ganhasse até R\$ 7.250,00. Assinalou que o objetivo era ampliar o alcance social da política fiscal, contemplando categorias mais amplas da população. Por fim, o vereador Aurélio Gomes da Silva declarou que a mobilização popular deveria prosseguir nas ruas e por meio da coleta de assinaturas no plebiscito popular, reiterando a meta de reunir cerca de seis milhões de apoios para encaminhar ao Senado Federal a manifestação da sociedade sobre a redução da jornada de trabalho e a isenção do imposto de renda. Encerrou agradecendo pela oportunidade de debater os temas e reafirmando seu compromisso com as pautas defendidas pelos trabalhadores. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 80/2025, de autoria dos vereadores Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, Alcemir da Conceição Costa e Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, que "Denomina de 'Escola Municipal Professora Dolores Carvalho Santos' a unidade de ensino municipal localizada na Vila Redenção II, no Município de Imperatriz - MA". Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento da mencionada matéria às referidas Comissões Permanentes. Na sequência, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de nove Indicações: nº 557/2025, de autoria do vereador [Jhony dos Santos Silva], ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (JP0, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a revitalização da Praça Sagrada Família, no Bairro da Vilinha; nº 647/2025, de autoria do vereador Rubinho [Rubem Lopes Lima], ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da construção de posto de saúde (UBS) no Bairro Itamar Guará. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 105, em 18.02.2025, do vereador Jhony Pan [Jhony dos Santos Silva], da construção dessa unidade básica de saúde - UBS); nº 661/2025, de autoria do vereador [Rodrigo Silva de Medeiros Passos]. à ministra da Cultura, Margareth Menezes da Purificação Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Junior e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a construção de um "CEU da Cultura" no terreno em frente ao Fórum e ao lado do Restaurante Popular, próximo à Prefeitura, no Centro.; nº 726/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao deputado estadual Antônio Pereira Filho e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a doação de barracas padronizadas aos feirantes da Vila Lobão, bem como da instalação de banheiros químicos aos domingos na referida feira; nº 751/2025, de autoria do vereador Berson do Posto Buriti (Whelberson Lima Brandão), ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica ou bloqueamento da Rua da Igreja, no povoado KM 1.700. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 94, em 07.02.2025, do vereador Francisco Messias, com o mesmo pedido); nº 844/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Getúlio Ferreira Melo Júnior, da implantação de sala de jogos no Complexo Esportivo Barjonas Lobão nº 828/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da revitalização da Praça Irapuã Menezes, localizada às margens da Rodovia BR-010, delimitando-se pelas Ruas Benedito Leite e Minas Gerais, no Bairro Entroncamento; nº 846/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e ao secretário municipal de Administração, Rômulo Andrade, da implantação, com a máxima urgência, de sistema de registro de ponto remoto (digital, por aplicativo ou plataforma *on-line*) para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE; nº 836/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica da estrada de acesso do povoado Cacauzinho. (Ressalve-se que fora aprovada, em 08.04.2025, a Indicação nº 185, do vereador Francisco Messias da Silva, com o pedido de piçarramento da via principal do povoado). O primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que conduzia os trabalhos na ausência momentânea do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à discussão a Indicação nº 846/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e ao secretário





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

municipal de Administração, Rômulo Andrade, solicitando a implantação, com a máxima urgência, de sistema de registro de ponto remoto (digital, por aplicativo ou plataforma on-line) para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE. O autor da matéria, Francisco Messias da Silva, ao se manifestar da tribuna, lamentou inicialmente o falecimento do professor Diego, reconhecido por sua contribuição à educação e à robótica em Imperatriz, ressaltando o impacto da perda para a comunidade escolar. Em seguida, destacou que os agentes de saúde e de endemias enfrentavam dificuldades na marcação de ponto, sendo obrigados a deslocar-se de seus locais de atuação para outras regiões, arcando com gastos e prejuízos. Argumentou que a implantação do ponto remoto representaria medida justa e necessária para garantir condições adequadas de trabalho e evitar perdas financeiras aos servidores. Declarou confiança de que o prefeito e os secretários atenderiam à demanda, frisando que a defesa do trabalhador constituía a razão do mandato. Como não houve outros pronunciamentos, o primeiro-vice-presidente submeteu a votação a Indicação nº 846/2025, que recebeu a aprovação unânime dos vereadores presentes. A seguir, o primeiro-vice-presidente expôs à discussão a Indicação nº 836/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica da estrada de acesso ao povoado Cacauzinho. O autor ressaltou a situação de abandono da comunidade, mencionando a precariedade da ponte de acesso, a falta de iluminação pública e os riscos de violência. Assinalou que, apesar de sucessivas gestões municipais, a região permanecia esquecida, clamando por solução definitiva. Ilustrou a fala com imagens apresentadas em plenário, que mostravam a gravidade das condições enfrentadas pelos moradores, e pediu que a Câmara reforçasse a cobrança junto ao Executivo. A vereadora Renata Morena (Renata Sousa Nascimento) declarou ter visitado recentemente o povoado, confirmando as dificuldades relatadas, especialmente a falta de abastecimento de água, já que um poço existente permanecia inativo por ausência de transformador. Parabenizou o autor e solicitou para subscrever a matéria. O vereador Aurélio Gomes da Silva, por sua vez, reconheceu que a comunidade era uma das mais antigas e castigadas de Imperatriz. Recordou que recursos da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense já haviam sido liberados para obra de bueiro na localidade, mas a execução permanecia travada, razão pela qual reforçou a necessidade de pressão política. A vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado também pediu para subscrever, salientando que os moradores enfrentavam dificuldades de mobilidade, sobretudo em períodos chuvosos, o que inviabilizava a produção agrícola e a comercialização de leite. O vereador Alcemir da Conceição Costa declarou apoio à matéria, elogiando a atuação do colega em prol da comunidade e assinalando seu vínculo com os moradores locais, após o que também se dispôs a subscrevê-la. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago igualmente solicitou para subscrever, reiterando a importância do pleito e reconhecendo a liderança de Fidelis Uchôa na região. Logo depois, o vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva) parabenizou o autor pela proposição, afirmando que não poderia deixar de subscrevê-la, em razão da relevância da causa. A seguir, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa agradeceu





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

o apoio dos colegas e reforçou que a obra beneficiaria diretamente mais de 500 famílias da agricultura familiar. Ao final, como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o primeiro-vice-presidente submeteu a votação a Indicação nº 836/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à discussão a Indicação nº 726/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, dirigida ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, solicitando a doação de barracas padronizadas aos feirantes da Vila Lobão, bem como a instalação de banheiros químicos aos domingos na referida feira. Ao fazer uso da tribuna, o autor destacou que a feira da Vila Lobão não era apenas um espaço de vendas, mas também de sustento de muitas famílias, de convivência comunitária e de dinamização da economia local. Ressaltou que os feirantes reivindicavam a disponibilização de barracas padronizadas e a implantação de banheiros químicos, o que proporcionaria maior dignidade tanto aos trabalhadores quanto aos frequentadores. Relatou ter encaminhado o pleito ao prefeito, que já solicitara informações sobre a quantidade de barracas necessárias, e conclamou os colegas vereadores a apoiarem a proposição. Na discussão, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa elogiou a pertinência da indicação, solicitou autorização para subscrevê-la e sugeriu que fosse destinada emenda parlamentar para atender à demanda. O vereador Whalassy de Oliveira Barros igualmente parabenizou o autor pela iniciativa, afirmando que a proposta contribuiria para a organização e valorização da feira. O vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva) ressaltou que o colega Alcemir crescera na feira da Vila Lobão e conhecia profundamente sua realidade, razão pela qual merecia reconhecimento por defender os interesses dos feirantes. Também pediu para subscrever a matéria. A vereadora Renata Morena (Renata Sousa Nascimento) afirmou conhecer de perto as dificuldades dos trabalhadores da feira e manifestou apoio à proposição, solicitando igualmente para subscrevê-la. A vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado frisou a importância da medida, tanto pela valorização dos feirantes quanto pela inclusão social que ela representava, destacando a forte identidade comunitária da Vila Lobão. Pediu, por isso, para subscrever a matéria. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago também se dispôs a subscrevê-la, ressaltando a relevância da pauta para a comunidade e elogiando a atuação do colega autor. Por fim, o vereador Rubem Lopes Lima declarou apoio à proposição e igualmente registrou sua subscrição. Como não houve mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 726/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à discussão a Indicação nº 557/2025, de autoria do vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva), dirigida ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (JP), ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, solicitando a realização de parceria para a revitalização da Praça Sagrada Família, localizada no Bairro Vilinha. Ao se pronunciar, o autor afirmou que a revitalização da praça era uma demanda simples, mas de grande importância para os moradores da região, destacando que o espaço constituía referência comunitária e social para a Vilinha. Acrescentou





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

que, além do Executivo Municipal, encaminhara a solicitação a parlamentares estaduais e federais com atuação na região, com vistas a ampliar as possibilidades de execução da obra. Na discussão, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho declarou já ter subscrito a matéria pelo aplicativo da Câmara, reiterando de viva voz seu apoio. Recordou que a Rua São Luís, localizada em frente à Igreja Sagrada Família, fora recentemente pavimentada após muitos anos de reivindicações, e enfatizou que a praça precisava igualmente de atenção do Poder Público. O vereador Berson do Posto Buriti (Whelberson Lima Brandão) também pediu para subscrever a proposição, parabenizando o colega pela iniciativa. O vereador Rubem Lopes Lima elogiou o autor por não se restringir a demandas de um único bairro, mas por atuar em benefício de toda a cidade, e igualmente subscreveu a indicação. O vereador Alcemir da Conceição Costa manifestou apoio à proposição, ressaltando o compromisso do colega com áreas de lazer e esporte, áreas que sempre defendera com ênfase, e pediu para subscrever. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, em aparte, reforçou a importância da matéria e destacou a articulação política do autor, que, segundo ele, possibilitava maior viabilidade de execução das demandas apresentadas. Como não houve mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 557/2025, que recebeu aprovação unânime dos vereadores presentes. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à discussão a Indicação nº 751/2025, de autoria do vereador Berson do Posto Buriti (Whelberson Lima Brandão), dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, solicitando a pavimentação asfáltica ou o bloqueamento da Rua da Igreja, no povoado KM 1700. O autor, ao se manifestar, ressaltou que já havia apresentado diversas vezes a mesma solicitação, destacando a relevância da obra para a melhoria da infraestrutura local e pedindo atenção especial do Executivo à comunidade. Na discussão, o vereador Rubem Lopes Lima parabenizou o colega e pediu para subscrever a proposição, afirmando que a iniciativa tinha grande chance de ser concretizada nesta legislatura. O vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva) reconheceu a longa trajetória do colega em defesa da zona rural e destacou que o apoio da população refletia esse esforço, solicitando igualmente para subscrever. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago também se dispôs a subscrever a matéria, elogiando a atuação do autor. O próprio presidente registrou sua adesão à proposição, reconhecendo o empenho do vereador Berson em percorrer toda a cidade. Como não houve mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 751/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. A seguir, o presidente expôs à discussão a Indicação nº 647/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, solicitando a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Itamar Guará. Ressaltou-se que já houvera deliberação anterior sobre matéria semelhante, apresentada em 18 de fevereiro pelo vereador Jhony Pan. O autor explicou que o bairro Itamar Guará possuía terreno disponível e estrutura iniciada, mas que a unidade de saúde ainda funcionava em imóvel alugado, sem condições adequadas para atender à comunidade. Defendeu a necessidade da construção da UBS como medida de justiça para a população, que abrangia também





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

bairros e povoados vizinhos. Na sequência, o vereador Berson do Posto Buriti apoiou a proposição, ressaltando sua importância e pedindo para subscrevê-la. A vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado relatou visita ao bairro, juntamente com outras parlamentares, e confirmou que o prédio anteriormente utilizado estava sem condições técnicas, reiterando a urgência da construção de nova unidade e solicitando para subscrever. O vereador Jhony Pan também se manifestou, parabenizando o autor e defendendo a união de esforços para garantir emendas parlamentares destinadas à obra. Pediu, igualmente, para subscrever a matéria. Encerrando, o vereador Rubem Lopes Lima agradeceu o apoio dos colegas e reforçou a disposição de destinar recursos de emendas para a concretização da obra. Ao fazerem uso da palavra, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior solicitou permissão para subscrever a matéria os edis. Como não houve mais pronunciamentos, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 647/2025, que recebeu aprovação unânime dos edis presentes. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à discussão a Indicação nº 661/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, dirigida à ministra da Cultura, Margareth Menezes da Purificação Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, solicitando a realização de parceria para a construção de um *CEU da Cultura* no terreno situado em frente ao Fórum e ao lado do Restaurante Popular, no Centro. O autor ressaltou que o antigo prédio da Caema, anteriormente cogitado para o projeto, não possuía condições estruturais adequadas, e que a área indicada no centro da cidade reunia características ideais para abrigar o equipamento cultural, por estar próxima ao Fórum, à Prefeitura, ao Restaurante Popular e ao Ginásio Frei Epifânio. Explicou que o objetivo era implantar um centro de artes e educação unificada que funcionasse como instrumento de transformação social e cultural para a população de Imperatriz. Na discussão, o vereador Whalassy de Oliveira Barros parabenizou o autor, frisando que a proposta tinha grande relevância por valorizar a cultura e a memória da cidade. Ressaltou que o espaço, localizado em área nobre, poderia se tornar referência de acolhimento e de fomento cultural. O vereador Rubem Lopes Lima também pediu para subscrever a matéria, demonstrando interesse em conhecer melhor o significado da sigla CEU, esclarecida como "Centro de Artes e Educação Unificada de Cultura". Como não houve mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 661/2025, que recebeu aprovação unânime. Em seguida, o presidente expôs à discussão a Indicação nº 844/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Getúlio Ferreira Melo Júnior, propondo a implantação de uma sala de jogos no Complexo Esportivo Barjonas Lobão. O autor defendeu a proposição como forma de ampliar as opções de lazer, não apenas para os jovens, mas também para a população idosa, que carecia de alternativas recreativas no espaço. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago solicitou para subscrever, sugerindo ainda que fosse providenciada climatização adequada para atender melhor a terceira idade. O vereador Jhony Pan (Jhony dos Santos Silva) também apoiou a matéria, destacando a necessidade de reforma e ampliação do Complexo Barjonas Lobão e pedindo igualmente para subscrever. Encerrada a discussão, o presidente submeteu a votação a Indicação nº





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

844/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos vereadores presentes. Logo depois, o presidente apresentou à apreciação a Indicação nº 828/2025, de sua própria autoria, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, solicitando a revitalização da Praça Irapuã Menezes, localizada às margens da Rodovia BR-010, entre as Ruas Benedito Leite e Minas Gerais, no Bairro Entroncamento. O autor explicou que a praça, revitalizada ainda na gestão do ex-prefeito Sebastião Madeira, encontrava-se atualmente degradada, embora situada em ponto estratégico de acesso à cidade. Destacou que a recuperação do espaço urbano era necessária para valorizar a entrada de Imperatriz, a exemplo da requalificação feita em outras praças ao longo da BR-010. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa apoiou a proposição, salientando que a revitalização beneficiaria toda a população. O vereador Rubem Lopes Lima também pediu para subscrever, reforçando a importância da valorização das praças como cartões de visita da cidade. O vereador Berson do Posto Buriti (Whelberson Lima Brandão) igualmente se dispôs a subscrever a matéria. Como não se registraram mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 828/2025, que recebeu aprovação unânime. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 4 de setembro de 2025.

**Adhemar Alves de Freitas Júnior**  
Presidente

**Rodrigo Silva de Medeiros Passos**  
Primeiro vice-presidente

**Rubem Lopes Lima**  
Segundo vice-presidente

**Wanderson Manchinha Silva Carvalho**  
Primeiro-secretário

**Whelberson Lima Brandão**  
Segundo-secretário